



CAMPESTRE DO MARANHÃO

AGRONEGÓCIO DA CANA DE AÇÚCAR NO SUDOESTE DO MARANHÃO: processos de devastação dos babaçuais e reinvenção da mobilização política

4



PROJETO
CONFLITOS SOCIAIS E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO
BRASIL CENTRAL

Boletim Informativo - Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central

AGRONEGÓCIO DA CANA DE AÇÚCAR NO SUDOESTE DO MARANHÃO: processos de devastação dos babaçuais e reinvenção da mobilização política

EXPEDIENTE

Periodicidade: irregular;
Idioma: Português

EDITORIAL

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA – PNCSA

EDIÇÃO

Helciane de Fátima Abreu Araújo (PNCSA/UEMA)
Arydimar Vasconcelos Gaioso;
Jurandir Santos Novaes; Jéssica Maria Barros da Silva

COORDENAÇÃO GERAL

Helciane de Fátima Abreu Araújo – PPGCSPA /UEMA
Jurandir Santos de Novaes – PPGCSPA /UEMA
Franklin Plessmann de Carvalho – PNCSA/UFRB
Carmen Lúcia Silva Lima – PNCSA/UFPI
Alfredo Wagner Berno de Almeida– PNCSA/UEA

EQUIPE DA PESQUISA

Helciane de Fátima Abreu Araújo (PNCSA/UEMA)
Benjamin Alvino de Mesquita (PNCSA/UFMA)
Arydimar Vasconcelos Gaioso (PNCSA/UEMA)
Jurandir dos Santos de Novaes (PNCSA/UFPA)
Adaildo Pereira dos Santos (PNCSA/UEMA)
Jéssica Maria Barros da Silva (PNCSA/ BAT-UEMA)
Simone de Fátima Moreira Seguins (UEMA/ PIBIC)
Silnério da Silva Reinaldo (UEMA/PIBIC)
Rodrigo Martins Azevedo (UEMA/PIBIC)
Gabrielle Carvalho Frazão (UEMA/ PIBIC)
Edson Fábio Araujo Sousa Júnior (UEMA/PIBIC)

FOTOGRAFIAS

Adaildo Pereira dos Santos (PNCSA/UEMA)
Jurandir dos Santos de Novaes (PNCSA/UFPA)
Jéssica Maria Barros da Silva (PNCSA/ BAT-UEMA)
Silnério da Silva Reinaldo (UEMA/PIBIC)
Rodrigo Martins Azevedo (UEMA/PIBIC)
Edson Fábio Araujo Sousa Júnior (UEMA/PIBIC)

PROJETO GRÁFICO/CAPA

Marcela Costa de Souza

CONTATO

Divulgação: UEA Edições/PNCSA

Endereço: Av. Leonardo Malcher, 1728, 6º andar – UEA/ESAT 69010-170 – Centro – Manaus, AM

Contato: pncaa.uea@gmail.com

BOLETIM INFORMATIVO - CONFLITOS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL CENTRAL – Nº4/ 2019

A coleção Conflitos Sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil Central compreende um conjunto de trabalhos, que registram as mobilizações de movimentos sociais concernentes à comunidades e povos tradicionais e que se articulam em uma multiplicidade de formas político-organizativas voltadas para lutas de reconhecimento e de redistribuição. Refletem não somente a diversidade social e a gama de pontos de vista e suas respectivas práticas, mas sobretudo situações de conflito e conhecimentos intrínsecos aos processos reais e às realidades localizadas.

PONTOS DE GEORREFERENCIAMENTO (orientação e tomada de pontos)

Simone de Fátima Moreira Seguins (UEMA/ PIBIC)
Silnério da Silva Reinaldo (UEMA/PIBIC)
Rodrigo Martins Azevedo (UEMA/PIBIC)
Jéssica Maria Barros da Silva (PNCSA/ BAT-UEMA)
Jurandir dos Santos de Novaes (PNCSA/UFPA)
Helciane de Fátima Abreu Araújo (PNCSA/UEMA)
Benjamin Alvino de Mesquita (PNCSA/UFMA)
Adaildo Pereira dos Santos (PNCSA/UEMA)
e membros da comunidade

TRANSCRIÇÃO DE MATERIAL AUDIOVISUAL

Simone de Fátima Moreira Seguins (UEMA/ PIBIC)
Silnério da Silva Reinaldo (UEMA/PIBIC)
Rodrigo Martins Azevedo (UEMA/PIBIC)
Gabrielle Carvalho Frazão (UEMA/ PIBIC)
Edson Fábio Araujo Sousa Júnior (UEMA/PIBIC)

CARTOGRAFIA

Jéssica Maria Barros da Silva

ELABORAÇÃO DOS CROQUIS

Jéssica Maria Barros da Silva

APOIO NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO E OFICINAS

Maria Eunice da Conceição Costa – MIQCB
Maria Querobina da Silva Neta – STTR Imperatriz
Cleonice Rodrigues Guimarães
Jaqueline Guimarães Aguiar

PARTICIPANTES DAS OFICINAS

Oficina realizada no dia 29 de maio de 2018: Maria José Rocha da Silva, Berenilde de Sousa, Kauã Santos Lima, Francisco Mourão, Carmina Sousa, Rosimar Mourão Barbosa, Rita da Conceição, Joiane da Costa Sousa, Maria da Luz Melo Coelho, Lázaro Nunes, Ivone Costa Sousa, Hermogênio da Silva Aguiar, Luiz Rodrigues da Silva, Acelino Alves Rocha, Eunice da Conceição Costa, Maria Querobina da Silva Neta.

Oficina realizada no dia 02 de fevereiro de 2018: Francisco de Assis Alves da Silva (Chico da Prudência), Zaira Fernandes da Silva, Francisco Gregório dos Santos, Vanessa Luiza da Silva, Belezarina Lima de Souza, Simplício de Souza Neto, Maria Ferreira dos Santos Sousa, Eunice da Conceição Costa, Cleonice Rodrigues Guimarães, Creuza Guimarães Aguiar, Francisca Irene Lima Falcão, Midian Ferreira da Silva Sousa, Maria José Rocha da Silva, Railma Santos Sousa Guimarães, Edilson Santos Moreira.

Oficina realizada no dia 28 de fevereiro de 2019: Francis Ag Santos, Francisca Irani F. Lima Falcão, Clarissa R. Guimarães Cunha Nepomuceno, Adailde Pereira do Santo, Cleonice Rodrigues Guimarães, Maria Querobina da Silva Neta.

FICHA CATALOGRÁFICA

B688 Boletim Informativo – Conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil Central / Agronegócio da Cana de açúcar no sudoeste do Maranhão: processos de devastação dos babaçuais e reinvenção da mobilização política – N. 04 (set. 2019) / Coordenação da pesquisa: Helciane de Fátima Abreu Araújo –. – Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2019.

Irregular

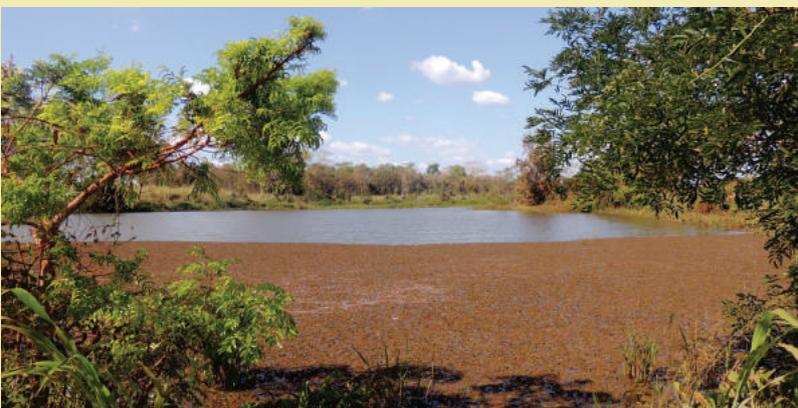
Coordenação Geral do Projeto: Helciane de Fátima Abreu Araújo (UEMA); Jurandir Santos de Novaes (UFPA); Franklin Plessmann de Carvalho (UFRB); Alfredo Wagner Berno de Almeida (PNCSA/ UEA/ UFAM) e Carmen Lúcia Silva Lima (UFPI).

ISSN2674-7413

1. Agronegócio. 2. Conflitos sociais. 3. Babaçuais. I. Título. II. Araújo, Helciane de Fátima Abreu.

CDU 39:528.9

(Elaborada por: Rosiane Pereira Lima - CRB 11/963)



Este **Boletim Informativo** apresenta aspectos dos efeitos da expansão do agronegócio - especificamente da produção da cana de açúcar no município de Campestre do Maranhão, situado na região sul do estado do Maranhão - sobre as vidas de povos e comunidades tradicionais e de grupos camponeses que garantem sua existência, por meio das atividades agrícolas, do extrativismo vegetal, da pesca e da criação de pequenos animais. Trata-se de uma situação que vem sendo observada desde 2011, quando, no âmbito do Projeto Mapeamento Social, foram realizadas pesquisas de campo na cidade de Imperatriz e municípios que ficam no seu entorno, com o objetivo de fazer a nova cartografia social dos efeitos socioambientais de um megaempreendimento, a Suzano Papel Celulose, fábrica de produção de celulose instalada no município de Imperatriz - MA. Os mapas, boletins informativos e livros produzidos pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) inspiraram estudos científicos a respeito dos efeitos desta agroindústria sobre os modos de viver de povos tradicionais e grupos camponeses na chamada região tocantina.

Outro contato com a situação de Campestre do Maranhão se deu por ocasião da pesquisa de campo do projeto “Cartografia Social dos Babaçuais: mapeamento social da região ecológica do babaçu” (2014). Observou-se, a partir dessas experiências de pesquisa, a necessidade de se alcançar outras áreas, para a análise da diversidade de investimentos do agronegócio e da agroindústria, no sul do Maranhão, bem como das agroestratégias e das formas de resistência dos povos e grupos afetados.

Foi assim que, no âmbito do projeto “Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central”, pareceu interessante compreender a situação de Campestre do Maranhão, onde a produção da cana de açúcar, segundo as narrativas dos agentes sociais entrevistados, atinge cerca de 75 por cento do município. No período de outubro de 2016 a junho de 2019, foram realizadas um survey, três oficinas de mapa, na sede do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais dos Municípios de Campestre do Maranhão, Porto Franco, Estreito, São João do Paraíso, Lajeado Novo, Montes Altos, Ribamar Fiquene, Governador Edson Lobão, Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Campestre do Maranhão, além de visita às áreas de influência da produção de cana de açúcar e do povoado Cachimbeiro.

O que está sistematizado neste Boletim Informativo parte, inicialmente, da percepção dos grupos que se assim se auto apresentaram nas oficinas como: quebradeiras de coco, quebradores de coco, cortadores de cana, agricultor familiar, agricultor, professoras, vaqueiros e pescador, produtor de farinha, catadora de lixo reciclado, ex-quebradeira de coco babaçu, ex-comprador de coco babaçu, assentados, assalariados familiares, filhos de comerciantes, aposentados, trabalhadores de “vaqueirice”, professoras, trabalhador da Maity, representantes dos sindicatos e representantes de Conselho da Mulher



Primeira Reunião para apresentação do Projeto e proposta de pesquisa no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campestre. Campestre do Maranhão em agosto de 2017



Segunda Reunião para definição e marcação de pontos e apresentação de situações de conflitos por membros do Sindicato e Agentes Sociais de Campestre. Campestre do Maranhão Fevereiro de 2018



Reunião para definição e marcação de novos pontos e apresentação do Mapa preliminar por membros do Sindicato e Agentes Sociais de Campestre. Campestre do Maranhão Fevereiro de 2018

“GARIMPOS DO COCO”

A ocupação do território hoje conhecido como município de Campestre do Maranhão antecede aos anos 1940, segundo a memória dos agentes sociais participantes das oficinas do Projeto Brasil Central. A incidência dos babaçuais foi o fator mais importante para que surgisse o então povoado e para que a região fosse conhecida como “garimpos do coco”.

Até 1994 o território era tratado como Povoado de Campestre, pertencente ao município de Porto Franco que, por suas potencialidades de acesso à terra e aos recursos naturais, atraía muitos grupos camponeses maranhenses e de outros estados nordestinos. Mulheres e homens que se autodenominavam quebradeiras e quebradores de coco chegavam em busca do babaçu em meados de maio e ficavam até o período chuvoso, quando voltavam para suas casas.

Havia, nessa época, uma forte cadeia comercial entre essa região do Maranhão e o estado do Pará. Os produtos eram transportados via terrestre, em caminhões (no caso da madeira como cedro e pau roxo) e em barcos (no caso do coco babaçu). As possibilidades desse tipo de comércio atraíam famílias para a coleta e quebra do coco babaçu. A narrativa dos agentes sociais registra que no mês de julho várias famílias, principalmente mulheres e filhos, vinham, quebravam coco e iam embora.

Tal dinâmica deu ao povoado um tratamento popular como “garimpos do coco”, assim denominada em função da predominância da palmeira do coco babaçu e de um tipo de economia específica que atraía homens, mulheres e crianças, oriundos de outras regiões, onde o acesso e uso de recursos naturais já davam sinais de esgotamento. Esse contingente vinha de outros estados e povoados vizinhos, resultado de processos denominados por Velho (2013) de “frentes de expansão”.



Área de babaçal no povoado de Cabeceira Grande

As terras não eram demarcadas

Como as terras não eram demarcadas, estavam em campo aberto, eram consideradas livres, por vezes, apenas tituladas e registradas em cartório. E até meados da década de 1950, muitos grupos familiares de São João do Paraíso e Fortaleza dos Nogueiras, inicialmente, se deslocaram para as atividades da quebra de coco babaçu e da agricultura familiar em Campestre. Vinham e retornavam nos períodos chuvosos. Para facilitar o deslocamento da produção por animal ou pelos rios até a sede do município de Porto Franco, esses grupos se concentravam na beira da BR 010 (Belém-Brasília), em construção, ou na beira do rio Tocantins, dando origem a diversos povoados, como os chamados São João e Três Barras. Não haviam estradas, só cocal e chapada. O cocal emendava com Cachimbeiro e era de lá que saía parte da produção de amêndoas do coco babaçu para uma “firma” instalada em Tocantinópolis - TO e para as cidades de Belém – PA e Imperatriz - MA. Essa produção era transportada em carros de boi, o mesmo meio de transporte também deslocava os trabalhadores que cortavam as madeiras.

(...) tinha semana que eu morava daqui a 6 km na outra terra (Malhada), na beira da Agua Boa, tinha semana que eu comprava trinta e cinco sacas de coco, as quebradeiras de coco atravessavam a Agua Boa, ia quebrar do lado de lá e eu estava na minha propriedade comprando os cocos que elas passavam e vendiam e vinha com o coco vazio (...) Eu comprava para uma firma que tinha lá em Imperatriz (...) Lá eu só pegava o dinheiro do patrão e comprava aquele quilo de coco e no final de semana, no domingo, e na segunda feira o carro ia buscar a carrada (F. S. S., 29 a 30 de janeiro de 2018).

Chegada de *rendeiros*: o primeiro confronto.

“ Quando demarcaram, as pessoas foram vendendo. ”

“ Quando começou a demarcação, muita gente foi embora. ”

A percepção de que as terras eram “livres” aparece nas narrativas como uma condição temporal e circunstancial. Segundo os agentes sociais entrevistados, o acesso à terra e aos recursos naturais foi sendo limitado, gradativamente, na medida em que o interesse econômico privado se apresenta. Em algumas situações citadas, a “propriedade”, como eles se referem ao recurso da terra, foi adquirida por meio de práticas classificadas como grilagem, muito recorrentes nos processos de ocupação dos territórios na Amazônia. Inicialmente, com a inserção de grupos denominados “fazendeiros” no território, os grupos familiares que transitavam e viviam da coleta e quebra do coco babaçu e da agricultura, passaram a enfrentar imposições para ter o acesso aos recursos, que resultavam em relações de sujeição às condições estabelecidas na relação com o “fazendeiro” que se autoprotomava “proprietário da terra”. Para produzirem suas roças de milho, arroz, feijão, abóbora, gergelim, os agricultores teriam que ter a permissão dos “fazendeiros”. Os termos dessas “negociações” eram firmados, verbalmente, com base nos laços de “confiança”, nem sempre seguidos pelos herdeiros.

“ Surgiu um negócio de uma renda. ”

Eu fui criado por um velho que era assim: eu passava o dia na casa do velho e a noite eu ia para casa dormir com minha mãe e meus irmãos. E quando o dia amanhecia, eu ia para lá fazer mandado dele. Ele dizia que ele era dono dessa terra aqui todinha: Natividade, Água Boa e Lageado Novo, tudo era do velho. Ele dizia: “Cerca um pedaço de terra para tu, porque na hora que eu morrer, meus filhos te deserdam”. Eu dizia: “Não quero não, porque se você me der as escrituras das terras até eu queria, mas eu cercar terras sem escrituras dela, assim que você morrer seus filhos manda eu arrancar o arame” E foi dito e feito. Eu não cerquei mesmo, o velho morreu em fevereiro, quando foi em março, eles começaram a me empurrar, para me tirar da terra. **Surgiu um negócio de uma renda** aqui, nessa mesma época que o velho morreu. Aí eu tinha uma rocinha até boa, quando foi em março o arroz estava amarelado, chegaram seis sacos lá em casa. Eu estava para a roça e a mulher disse: “Valfredo mandou deixar uns sacos aqui, ele disse que é para tu **pagar como uma tal de renda**”. Eu digo: “Mulher, que negócio de renda é essa que eu nunca vi falar”. Eu perguntei: “Quem trouxe esses sacos?”. Ela disse: “Foi o Joaquim crente, desceu aqui entregando saco. Eu sentei bem na porta, perguntei: 'Seu Joaquim o que significa esses sacos?' Ele disse: “Valfredo que mandou que é para tu pagar uma renda” Eu disse: “Agora tu vai me explicar o que é renda, porque eu fui criado, nunca tinha ouvido falar nesse negócio de renda” Ele disse: “Não, porque ele paga o imposto dessa terra” Eu disse: “Ele tá mentindo. Então volta da derradeira casa que tu deixou os sacos e vem juntando e leva para o Valfredo, porque esses meninos que tu levou esses sacos todos trabalham comigo e nenhum vai pagar. Joaquim ficou caladinho, também pegou os sacos... “E tu diz para ele vim aqui”. Passou meia hora, o homem chegou, chegou valente mesmo. Eu disse: “O Zeca de Brito, eu nunca vi ele cobrar renda de ninguém. Ele dizia assim: “Bota tua roça onde tu quiser e planta de tudo, para no dia que eu precisar ter onde comprar”. “Mas esse negócio de renda, que eu nem sei o que é isso...”. Ele disse: “Tu não paga!?”

Eu disse: “Pago não”. “Então tu não paga, mas roça aqui tu não bota mais”. Eu disse: “Tu também é trabalhador de roça, se eu não botar, tu não bota, ninguém bota, porque na hora que botar eu toco fogo” E ele: “E eu te boto na cadeia e na hora que sair da cadeia eu te mato!”. “Rapaz tu tem coragem de dizer isso para mim?!, digo: “Valfredo se tu quer respeito, se dá respeito Valfredo, olha o respeito começa de nós mesmo”. “Tá bom, aqui tu não trabalha mais” “E onde que eu vou trabalhar? Essa da terra de quem é?”. “É minha” Eu digo: “Tua não, tu não tem escritura dessa terra”; Valfredo: “Tenho!”. “Tem não!”. “Por que tu diz que eu não tenho?”: “Porque a escritura dessa terra está em Tocantinópolis”. “E tu sabe que está lá?”. “Sei!” “Por que tu diz que está lá?” “Porque o velho me entregou as escrituras para eu entregar para o Petrônio em Tocantinópolis, e eu levei e entreguei” “E para que?” “Porque ele me mandou, fazia o que ele mandava”. Aí ficou, o Valfredo ficou zangado comigo ainda hoje ele está vivo lá no Porto Franco, mas ele não gosta de mim não. (...) Aí o Valfredo pelejou para me tirar daqui, mas não podia mesmo, eu tinha direito, fui criado aqui, mas ainda pelejou muitas vezes. Mas toda vez que ele me chamava no Porto Franco eu estava junto, até que um dia ele me largou de vez. Eu fui embora, ainda passei uns seis meses longe daqui, zangado demais, para não fazer coisas ruins, aí com seis meses eu voltei, pensei “dê no que der”, mas eu voltei ainda hoje estou por aqui **(A.A.R., 29 de maio de 2018)**.



Reunião de trabalho do PBC no STTRCMA.



Monocultura da cana de açúcar pressiona a área do babaçual

Cercamento, arrendamento, compra de terras dos pequenos e derrubada das palmeiras.

“ As estratégias de alavancar potencial econômico do país, em foco para o grande capital, dá espaço para grandes investimentos em infraestruturas que mudaram o perfil social e econômico por onde foram sendo instalados. A inauguração da BR 10, no final dos anos 1960, resultou em sérias implicações para as famílias que viviam da agricultura e da coleta e quebra do coco babaçu no então município de Porto Franco. Esse empreendimento de infraestrutura fazia parte da estratégia de Governo do então presidente Juscelino Kubitschek, que, inspirado nas ideias desenvolvimentistas, ambicionava promover a integração do norte ao sul do país. A Belém-Brasília estaria dentro do aporte logístico para a atração desses grandes negócios que acabaram lançando o campesinato de fronteira numa integração vertical com o mercado nacional (VELHO, 1979). ”

A rodovia possibilitou a fixação desses grupos camponeses que transitavam em diferentes atividades econômicas e intensifica um povoamento já existente, agora pelo percurso da rodovia. Com a chegada do asfalto, outros interesses econômicos privados, alinhados com os poderes políticos e econômicos locais, passaram a disputar as terras no povoado Campestre, aumentando a pressão sobre a economia do babaçu. Lideranças políticas locais, também atuantes como “fazendeiros”, passam a comprar as terras dos pequenos proprietários, ao mesmo tempo em que mecanismos de imobilização da força de trabalho são criadas, entre elas, incluem-se: a proibição da quebra do babaçu, cercamento dos babaçuais, arrendamento das terras para a quebra do coco, início da derrubada das palmeiras do coco babaçu. A devastação resulta na redução da extração do coco babaçu e na substituição gradativa do “garimpo do babaçu” pelo agronegócio.

“ Ele foi com a polícia lá e botou todo mundo para fora. ”



Reunião e Oficina de Mapas

Eu sou do Ceará, eu cheguei no Maranhão em 1957, agora em Campestre, eu cheguei no dia 20 de setembro de 1974. Tenho 64 anos. Bem no São João só tinham quatro moradores. Eu cheguei na casa de um tio meu, eu com minha família, meu pai, minha mãe, e depois fizemos um barraquinho lá e ficamos lá. Aí nós moramos lá nesse local, na beira da pista, no São João, moramos 9 anos nesse local na beira da pista. Nós fizemos 28 moradores. Eu comprava 10 mil quilos de coco por semana do R. M. E aí quando é um dia, nós já estávamos dentro dos nove anos, eu já tinha descido, de manhã, umas 9 horas, desceram três carros de polícia para o rumo da minha casa. Aí chegaram, deram bom dia e perguntaram: “O que você faz aqui?” Eu disse: “Eu moro aqui”, “Vocês vão ter que sair daqui. O dono apareceu”. Eu disse: “Eu tenho 9 anos (...) que moro aqui e aí aqui nunca apareceu dono, eu nunca ouvi falar em dono” (...) Aí ele disse: “Pois, nós viemos aqui, o dono pediu para tirar vocês, vai indenizar vocês para ficar terreno limpo” Eu já tinha levantado uma casinha, tinha coberto de telha, toda rebocadinha, **comprava 10 mil quilos de coco por semana**. Aí ele disse: “O senhor junta todo mundo aqui, 4 horas da tarde estamos aqui para fazer uma reunião” Eu disse: “Tá bom”. Aí juntei os moradores tudinho lá, 4 horas da tarde estava todo mundo lá, Aí eles **disseram para todo mundo sair, fechar as casinhas e sair**. Uns aceitaram, outros não, mas aí todo mundo acabou aceitando: Ele era o dono da terra, né? **Eu mesmo peguei o dinheiro da casa, comprei um chãozinho aqui no Campestre** e fiz uma casa, hoje moro na casinha que comprei. Eu saí de lá em 1986. Ele foi com a polícia lá e **botou todo mundo para fora**, indenizou eu tinha uma casinha coberta de telha e tinha um comércio, naquele tempo **eu recebi 700 cruzeiros**. Comprei um chão aqui e construí uma casa aqui no Campestre. (F.G.S., 29 de janeiro a 02 de fevereiro de 2018).

A chegada das empresas do agronegócio e a devastação do babaçual



Monocultura da cana de açúcar pressiona a área do babaçual

Com a chegada de empresas especializadas na produção de grãos (arroz, milho) à prática da cobrança de renda foi associado outro tipo de negociação, que se dá por meio do arrendamento das terras para a produção da cana de açúcar. Os “donos” mais antigos arrendam as terras para a indústria para o cultivo da cana de açúcar e para os agricultores produzirem suas roças.

Como as áreas para a agricultura estão cada vez mais escassas, os agricultores arrendam também a área da Eletronorte, que permite, no caso de plantios mais rápidos, como o feijão e a mandioca.

Em seu estudo sobre as frentes agrícolas na Amazônia, o antropólogo Otávio Velho (1972) lembra que entre 1953 e 1963, duplicou a produção de arroz no Maranhão e que por meio deste produto o Centro-norte realizou a passagem entre a “agricultura de subsistência” para a “agricultura de mercado”. Na década de 60, a cidade de Imperatriz recebeu beneficiadores de arroz oriundos do Sul, assim como pecuaristas goianos e baianos. Além das obras de infraestrutura, como estradas federais e estaduais, esse crescimento na produção teve a influência das políticas de crédito do Banco do Brasil ao pequeno produtor rural mais liberal. Essas frentes agrícolas deram ao Maranhão a quinta posição na produção de arroz, sendo que o maior consumidor era população pobre do Rio de Janeiro. Com esse estudo, Velho conclui que a população pobre do Maranhão abastecia a população pobre do Rio de Janeiro.

A partir da década de 1970, quando Campeste passou a receber visitas de “investidores estrangeiros”, entre eles japoneses e americanos, iniciaram-se as devastações dos babaçuais para dar abertura aos cultivos de arroz e milho, como monoculturas, com o objetivo de atender o grande mercado, gerando, assim, conflitos com famílias que viviam da produção familiar e que passaram a transitar por outras atividades agrícolas, agora na condição de assalariado de uma empresa.

A devastação provocada pelas empresas produtoras de arroz e milho na década de 1980, de propriedade de grupos empresariais oriundos dos estados de Goiás, Paraíba, Alagoas e Pernambuco tem características bastante distintas daquela produzida pela extração da madeira nos anos 1940.

“ Cansei de colher vinte volumes de arroz. ”

“ **F.G.S.:** E antigamente, senhora, foi eu que ajudei a derrubar muita mata, no tempo que a gente podia tocar fogo em uma tarefa de roça. Cansei de colher vinte volumes de arroz e hoje é desmatado. O arroz pode ser bom, pode plantar... com adubo não passa mais do seis volumes de arroz, não tem mais produção de arroz...No tempo que queimava, você colhia vinte volumes por linha, vinte e cinco terra queimada que você plantava o arroz ele formava, fiava muito ficava uma moita de arroz dessa grossura. Hoje com a terra crua pode ser adubado mais não tem, não é mais do que seis volumes que dá na tarefa é assim, aí nego tem aquele trabalho, aí quando vai fazer a conta do que você gasta, muita gente deixa de plantar por conta disso, porque o dinheiro que você gasta para limpar o arroz todo o trabalho ele nunca que recupera o que você pega é assim. (F. G. S. 29 de janeiro a 02 de fevereiro de 2018) ”



Produção de cana de açúcar próxima à área de moradia

Os efeitos do agronegócio sobre os modos produtivos tradicionais

As relações comerciais tomaram outros rumos, na medida em que empresas do agronegócio passaram a controlar a produção agrícola. Inicialmente com a empresa MARFISA -S/A (1984) que ficou instalada somente um ano, sendo em seguida assumida por outro grupo empresarial, a Agroservice Serv. Engenharia e Mecanização Agrícola (1986), em Porto Franco. Posteriormente, a Caiman - S/A Açúcar e Álcool que introduz a cultura da cana de açúcar para a produção de açúcar e álcool. Esta foi assumida pelo grupo da Aimar – Agroindustrial do Maranhão S.A (1985), sediada em Imperatriz, com o objetivo de desenvolver atividades agrícola e industrial de transformação de produtos agrícolas, especialmente a cultura e a industrialização de cana-de-açúcar para a produção de álcool,

açúcar e derivados, inclusive para finalidade energética e industrial, sendo responsável em 2016 pelo plantio de 1.700 ha de cana de açúcar, adotando a colheita preponderantemente manual (JORNAL O PROGRESSO, 20 de dezembro de 2016). Trata-se de empresa majoritária que controla a Maity bioenergia -S/A (2004) - usina de cana de açúcar que atualmente, segundo os cálculos dos agentes sociais, ocupa setenta e cinco por cento da área do município de Campestre do Maranhão, anteriormente área de babaçual - e a Agrícola Renovo - Maity Agrícola Ltda (2006).

Quadro 01 – A dinâmica do agronegócio

ANO	EMPRESAS	Empresa majoritária que controla	
1984	MARFISA S/A		
1986	Agroservice Serv. Engenharia e Mecanização Agrícola		
	Caiman – S/A Açúcar e Alcool		
1985	Aimar – Agroindustrial do Maranhão S/A		
		ANO	EMPRESAS
		2004	Maity bioenergia – S/A
		2006	Agrícola Renovo – Maity Agrícola Ltda

Fonte: Pesquisa

Com a expansão do agronegócio no município, aumenta o fluxo de famílias que transitam do povoado de Campestre para os estados do Pará, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, para trabalhar na produção de cana de açúcar, laranja, goiaba, morango e em granjas. A instalação desses empreendimentos teve efeitos também nas relações de produção, inserindo o trabalho assalariado e outras formas de exploração da mão de obra, semelhantes ao que hoje as políticas públicas brasileiras classificam como “trabalho escravo”.



Alojamento da Maity Bioenergia S.A



Empresa Maity Bioenergia S.A, área de refinamento

“ Naquele tempo a gente trabalhava até com idade pequena. ”

J. C. - Quando venho conhecer essa área, era uma área com uma terra com um monte de roças que dava muito arroz, fava e aí quando ele (o pai) chegou a gente foi trabalhando de roça e com o passar do tempo ele começou a trabalhar na Caimã, como trabalhador rural. Ele praticamente trabalhou a vida toda no corte de cana e fazendo a roça toda. Eu também trabalhei como cortador de cana, eu acho que eu trabalhei até o ano dois mil mais ou menos. Naquele tempo a gente trabalhava até com idade pequena, meu pai me levava. Eu não gostava mais era o jeito.

Pesquisador: Com quantos anos começaste a trabalhar?

J.C.: Com doze anos de idade a gente já trabalhava. Aí modificando depois não pode mais trabalhar. Mas a gente encarou. Todos nós trabalhamos e foi isso.

Pesquisador: E como era o trabalho lá?

J.C.: Na Caimã eu sempre trabalhei cortando mesmo. A gente entrava sete da manhã, às vezes saía duas horas. Tinha vez que saía cinco horas, dependia da hora que a cana acabava. Tinha o limite do dia. Aquele que se cortava, fechava aquele talhão, aí era a produção, o que a gente fizesse estava feito. Tinha também a diária. A gente trabalhava o dia todo e ganhava. Geralmente no período de verão era produção mesmo. Era o que a gente fizesse o que cortava, ganhava o que cortava. Mas, eu não fiquei direto. Depois eu prestei um concurso para agente comunitário de saúde e consegui ser aprovado ainda exerço até hoje a profissão desde 2009.

Pesquisador: E seu pai?

J.C.: Meu pai conseguiu adquirir uma diabete e não enxergou mais e conseguiu aposentar por invalidez e a minha mãe aposentou como trabalhadora rural e os outros filhos foram embora. Nós somos seis, praticamente só tem eu que mora com eles e um outro menino.

Pesquisador; E eles estão aqui?

J.C.: Estão, são doentes mais ainda estão. Moram em Cabeceira Grande. Moram lá.

Pesquisador: E como foi que vocês largaram de trabalhar com a agricultura para trabalhar com a cana de açúcar?

J.C.: É porque a roça não produz o suficiente para a gente se manter e aí gente tem de cassar um outro meio e (...) muito pouca gente trabalha nas terras, porque a **Caimã adquiriu as terras tudinho** e os que tinham ou trocaram por umas terras melhor ou já venderam também e aí ficou muito difícil trabalhar de roça. A maioria é empregado. (J.M.C. , 29 janeiro a 02 de fevereiro de 2018).

“ Em 87 já era cana-de-açúcar, então, muitos pequenos produtores perderam a propriedade. ”

Somente quatro povoados continuam existindo no município, apesar da devastação gerada com a expansão do empreendimento da Maity Bioenergia S/A: Cabeceira Grande, Cachimbeiro, Ramal do Cachimbeiro e Vila Nova. Muitos perderam a condição de ser trabalhador rural e hoje são aposentados.

“ Nós temos uma indústria de açúcar que rende muito, que faz muito, mas nós continuamos comendo açúcar caro, né? ”

Alguns anos e depois eu passei uma temporada fora no Tocantins com um contrato lá como professora eu lecionei mais quatro anos e retornei para cá em 1999 (...) tá cada vez acabando a possibilidade de se plantar na terra, porque a indústria aumentou, porque você, naquela época, como eu falei no início, a fazenda Palmeirinha plantava o milho e o arroz, mas ela evoluiu de tal forma cresceu, a tecnologia avançou tanto que hoje temos a indústria de álcool e açúcar. Então haja vista que esse aumento tomou o espaço do trabalhador rural, muitas pessoas que tinham pedacinho de terra hoje arrendam para a indústria e em vez de plantar o feijão, o arroz e o grão, que nunca o ser humano vai deixar de necessitar desse grão, o ser humano não pode viver sem comer sem essa manutenção, então o resultado de tudo isso, resumindo aqui, é que a população teve os benefícios mas teve a devastação e hoje a gente tem que comer caro e tem que comprar, um certo dia conversando com as vizinhas e ela falou do preço do açúcar, que dizer **nós temos uma indústria de açúcar que rende muito, que faz muito, mas nó continuamos comendo açúcar caro né?** Por que? porque exporta e depois nós vamos importar novamente e assim o álcool e assim por diante. Então continuei aqui, casei, tenho os meus filhos, sou aposentada hoje e meu esposo não teve mas como trabalhar na roça teve que ir para o emprego, era trabalhador rural, bom tempo de sindicato perdeu esse tempo porque teve que ir procurar emprego para trabalhar, as roças ficaram escassas como mesmo não temos mais plantio e sim eu continuo morando aqui em Campestre e agora me aposentei. (M. P., 29 de janeiro a 2 de fevereiro de 2018)

A extinção de povoados se dá pela venda induzida das terras a grupos vinculados às empresas, mas também se dá pela aplicação indiscriminada de agrotóxicos, conhecidos nas comunidades como “venenos”, resultando em fortes conflitos com as comunidades que resistem em continuar na área.

“ ...eu saí, porque até o avião que passava jogando aquele veneno, atingia as coisas e aí eu vi o meu sitio morrendo, eu me vi obrigado a sair. ”

F.G.S.: Porque a firma tomou tudo, todo local é cheio de cana e aí perto do local da Caimã, não tem nenhum feijão porque eles jogam veneno e não dá feijão, eles jogam o veneno na cana e espalha no mato. Eles jogam o veneno, mas é de avião.

Pesquisador: Mas aí vocês trabalhavam?

F.G.S.: Trabalhava. Eu, toda vida, trabalhava num localzinho que para eu ficar eu tive que comprar duas vezes, eu fiquei cercado deles de cana, eu não podia mais nem criar galinha, porque eles iam arrancar os cupins e botar o veneno nos cupins para matar, porque tem local que sai muito cupim e aí eles botam o veneno, arranca eles e acabou! E a minha área era pequena, eu fazia era um foguinho de cavaco dentro do miolo do cupim e matava os filhos. E aí eu saí, porque até o avião que passava jogando aquele veneno atingia as coisas e aí eu vi o meu sitio morrendo eu me vi obrigado a sair, troquei outra área com eles mesmos e essa que estou aqui bem pertinho. (F. G. S., 29 de janeiro a 02 de fevereiro de 2018).



Povoado Cabeceira Grande, um dos poucos que resistem.

“ De vez em quando deslocam a vinhaça para irrigar as plantas de cana. ”

Outra situação conflituosa se apresenta com a utilização da “vinhaça”, formada por resíduos que sobram da destilação da cana no processo de produção do açúcar, contendo produtos químicos. Para cada litro de álcool produzido, 12 litros de vinhaça são deixados em uma vala. Essa vinhaça é utilizada para regar e fertilizar as novas plantações, porém esse resíduo tem um forte odor e em contato com os rios contamina águas, animais, plantas e, conseqüentemente, a alimentação das pessoas.



Vinhaça para irrigar as plantas de cana

Pesquisador: a vinhaça é veneno puro?

C.R.G: Mas ou menos porque tem muita coisa que eles botam, tem enxofre, cal, meio mundo de coisas que eles botam, que se o animal consumir vai ter problema, quando cai nos açudes de peixe... A gente já acionou várias vezes o IBAMA, já teve umas vezes que um tanque desses rompeu e a água caiu no rio Lageado e matou meio mundo de peixe, que os caras juntavam era com uma canoa. Nós temos até fotos de peixes que morreram que a gente fotografou, morreu até Sucuri uma vez, veio até a imprensa. Agora que está chovendo, se esbarrerar a água forte da chuva do jeito que está chovendo, morre todos os peixinhos, por causa da falta do oxigênio. A gente já viu peixe modificado no rio Água Boa. Segundo o IBAMA, a modificação é por conta da vinhaça. Até o IBAMA levou para fazer pesquisa e ainda não retornou o resultado, mas, segundo eles, com a conversa que a gente teve a modificação é por conta do produto. (C. R. G. 25 A 28 de fevereiro de 2019)



Espécie encontrada morta por envenenamento causado pelo uso de substâncias químicas nas áreas de plantação de cana

(...) A gente foi lá e fez acordo com eles para eles fazerem uma barreira de proteção, para não deixar a vinhaça cair dentro da nascente, para não matar o rio que é lá na fazenda Santa Maria.



Nascente poluída pelo despejo de Vinhaça

“ A gente ficou muito revoltado, porque a gente não tinha costume de trabalhar de empregado. ”

Ao final dos anos 1980, o povoado de Campestre passa a ser referência, não apenas pela oferta do coco babaçu, como também pela promessa de progresso e de desenvolvimento difundida pelas empresas vinculadas à produção da cana de açúcar, como Caiman e a Maity Bioenergia S/A.

As estratégias adotadas pela empresa visando a aquisição de terras encontram resistências e as famílias que viviam da economia do babaçu e das atividades agrícolas, com o apoio de entidades confessionais – como a FASE e Cáritas que, na época, atuavam na região - se mobilizam em sindicatos, para mediar a interlocução com as empresas e com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

A resistência dos trabalhadores garantiu a criação de dois Projetos de Assentamento: Anajás (GETAT), para 14 pessoas e Palmeirinha (INCRA), para 42 pessoas.

C.R.G: desde 1984 começou a briga. Eles grilaram as propriedades, por exemplo, em 1984, eles mexeram com um pessoal em Cabeceira Grande, tiraram o pessoal da terra. Vem gente de tudo quanto é lugar até de fora do país para defender os trabalhadores. A única coisa que eles conseguiram foram os 42 lotes. Expulsaram o povo da terra e os que resistiram ganharam 42 lotes que é o Assentamento Palmeirinha, que ainda existe um pouco de gente lá, e vieram para o Assentamento Anajás, em Cabeceira Grande, inclusive o povo de Cabeceira Grande era o lugar que era para ser a sede do Assentamento, mas o povo foi chegando e foram fazendo a casa e hoje é um povoado bastante grande, um tanto de gente que hoje trabalham na Maity. Foram expulsos da própria terra deles. Ainda hoje a Maity quer ficar com as terras de senhor chamado R., da Cabeceira Grande, de tempos em tempos a Maity tenta ficar com a terra dele.

Pesquisadora: e como eles fazem?

C.R.G: quando pensa que não, eles chegam com o trator derrubando a cerca e dizem que a terra é da Maity. A qualquer custo eles querem ficar com a terra desse R., aí ele tem resistido. Quando a Maity chegou aqui esse pessoal já morava aqui a terra era dos avós dele, aí a Maity diz: “a terra é nossa você vai ter que desocupar”. É meio mundo de briga na justiça aí.

A partir de 2009, a pressão psicológica sobre as famílias foi grande e a maioria vendeu seus lotes, a baixo preço, para a própria empresa e suas propriedades hoje estão cobertas pela plantação de cana de açúcar e muitos vivem trabalhando como assalariados.

“ As pessoas que ficaram começaram a trabalhar na Maity”.
“As pessoas venderam as terras para a empresa Maity Bioenergia S/A ”

Eu vim para cá porque aqui era umas terras muito desenvolvidas na beira da estrada e aqui era uma área que tinha muito coco e aí a gente chegou e começou a trabalhar. A gente aqui só vivia de quebrar coco e fazer roça, inclusive os donos dessa terra que é hoje é da Caimã, ele só arrendava para a gente botar a roça e aí quando ele vendeu, aí a coisa pegou, porque aí mudou de hábito ficou serviço por fazer. A Marfisa que comprou só trabalhou um ano com agricultura e no segundo já vendeu para antiga

Caimã, que hoje é essa Mayty. Então eu pelo menos fui revoltado (...) Então a gente ficou muito revoltado, porque a gente não tinha costume de trabalhar de empregado, as condições de serviço eram muito ruins. Hoje ela é diferente, quase pior por causa da mão de obra que precisa muito. Mas o pessoal sofreu muito, porque ela humilhava muito o pessoal. Então eu discordei toda vida do jeito que eles trabalhavam (...) eu pelo menos fiquei trabalhando aqui, sai para trabalhar em assentamento, em uma terra mais ruim que tinha, tornei a voltar para cá, e quando eu voltei foi hora que Campestre estava se emancipando e aí a gente entendeu de **criar o sindicato aqui do município**, aí justamente juntamos aqui um grupo e eu fui o primeiro sindicato aqui de Campestre. Então de lá para cá as coisas vem se alastrando (...) o movimento sindical é muito difícil para implantar em uma área industrial. Então a gente vem engatinhando aos poucos, mas não é fácil você trabalhar (T. P. R., de 29 de janeiro a 02 de fevereiro de 2018).



Quebradeira de coco na estrada



Azeite de coco babaçu produzido e comercializado em Campestre do Maranhão



Francisca Mourão e Maria José quebradeiras de coco babaçu que produzem azeite e comercializam em Campestre do Maranhão

As pessoas deixaram de vir porque não tinha mais coco. Ainda tem várias quebradeiras de coco, mas elas quebram mais é para fazer o azeite, vender na feira e hoje não tem mais a questão da proibição de entrar na propriedade, você pode entrar quebrar o coco, mas não para sobreviver. Não tem mais nem quem compre. Elas fazem o azeite e levam para vender em Porto Franco

Mobilização política e resistência

Sindicatos redefinem territórios

Os conflitos ocasionados a partir da implantação e atuação da empresa Maity Bioenergia – S/A resultaram em uma mobilização política amparada no movimento sindical, ou seja, o tipo de negócio impõe mudanças nas formas de representação política. Inicialmente, as famílias que perderam suas terras para a empresa Maity decidiram reaver suas posses e se organizaram na delegacia sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Franco.



Foto da fundação do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Porto Franco.
Fonte: ALMEIDA, A.W.B de Autonomia e mobilização dos camponeses no Maranhão. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015



Foto atual (2019) da sede do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais de Campestre do Maranhão

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

'Irregularidades existem em todas as destilarias'

CRIS GUTKOSKI
DA AGÊNCIA FOLHA

O senador maranhense Edison Lobão (PFL) afirmou sexta-feira à Agência Folha que situações irregulares envolvendo cortadores de cana "existem em todas as outras destilarias" do Estado.

"Só se preocupam em falar da Caiman porque eu sou um dos acionistas", disse. Lobão foi governador do Estado de 91 a 94. O senador faz a ressalva de que é acionista minoritário da destilaria, com 16% das ações, e não participa da administração da empresa. "Não mando e não sei de nada que acontece lá", afirmou. "Recebo um relatório uma vez por ano e é só."

Para o acionista majoritário e presidente da Caiman, o empresário paulista Antônio Celso Izar, 51, a remuneração de muitos trabalhadores é pequena "porque a produtividade é muito baixa". Izar chama de "aventureiros" muitos dos pais de família que foram trazidos em ônibus da Caiman de outros Estados, a maioria lugares distantes. "As pessoas que realmente querem trabalhar são em pequeno número."

Segundo o empresário, o atraso na devolução das carteiras de trabalho -que acaba prendendo os trabalhadores na destilaria- deve-se ao acúmulo de serviço no departamento pessoal da empresa. "Somente nesta safra tivemos 769 novos trabalhadores fichados", afirmou.

Izar afirma que o projeto Caiman "é a única esperança de milhares de pessoas" em Porto Franco. Para 1996, a meta é produzir, além do álcool, 20 mil toneladas de açúcar.

Apesar de a destilaria Caiman S/A ser uma dos cem maiores devedoras do Banco do Brasil (BB), Izar e Lobão culpam o banco por todas as dificuldades financeiras da empresa. Dizem que o BB dificultou a liberação de verbas, prejudicando o empreendimento. Os dois afirmam que a Caiman é credora do BB e não devedora e esperam receber uma indenização de R\$ 140 milhões.

Posteriormente, elas decidiram criar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos e Assalariados de Campestre, em 17 de maio de 1998

Meu pai faleceu eu tinha uns nove anos de idade e ele tinha uma propriedade, chegando aqui próximo a Água Boa. Perto do canavial e aí gente ficou, eu não tinha mãe, fui criada pela minha vó e a minha vó não sabia ler e na época o prefeito de Porto Franco, falou que não precisava demarcar as terras da minha vó, “porque tu não tem dinheiro nós vamos deixar na área de ausente e quando elas crescerem elas vão reclamar propriedade” Então a minha vó não sabia de nada e ela também não fez nada e aí depois, quando a gente cresceu, a minha irmã mais velha casou ela foi fazendo as rocinhas lá para se manter. Aí eu disse “vamos ver se a gente tem uma área maior para ver se a gente cria pelo menos uma vaquinha lá para tomar leite”. Aí gente deu uns pedaços para uns trabalhadores fazer roça, aí a gente desmatou, plantou para colher. Então, quando a gente pensa, chega um número de máquinas e entraram lá destruindo tudo, não ficou nada, eles entraram com uma ação contra a gente dizendo que a gente estava ocupando a propriedade deles, sendo que área eles não tinham comprado.

Pesquisador: Já era essa empresa?

C.R.G.: já era essa empresa e aí a gente correu atrás para se defender, porque a gente não sabia, porque a terra era nossa. Então houve umas audiências, veio promotor, o próprio juiz veio da propriedade. Quando a gente pensa que não, aparece um documento da Maity, que tinha comprado a terra do seu Raimundo Milhomem que era prefeito de Porto Franco, sendo que nós não vendemos a terra para ele, simplesmente ele disse para a minha vó não demarcar. Então ele pegou e incluiu tudo na propriedade dele. Então ele vendeu para uma pessoa e essa pessoa vendeu para a Maity. Então a gente ficou brigando na justiça, houve duas audiências. Na hora da audiência, a gente chamou os vizinhos e essas pessoas se negaram a testemunhar, porque diziam que dependiam da empresa para sobreviver, porque eles arrendavam a casa deles para a empresa. Então não serviram de testemunha para a gente. Eu sei que virou e mexeu, o próprio relator fez o relatório. O juiz que estava lá na época fez o relatório dando a terra, isso não tem como acontecer, mas o que aconteceu como tinha questão de político envolvido imediatamente o juiz foi tirado de Porto Franco e aí colocaram um outro juiz para vir para cá e aí ele ficou a favor da empresa contra a gente. Foi aí que eu resolvi e entrei no sindicato, porque quando a gente estava nessa luta, a única pessoa que veio ficar do nosso lado foi o diretor do sindicato de Porto Franco. Ele conhecia a gente, conhecia o meu pai e sabia que as terras eram nossas. Até lá a minha família todinha odiava o sindicato, eu achava bonito e eu só via pela televisão e com isso eu acabei me envolvendo no movimento que pertencia a Porto Franco. Eu pensei “Campestre está emancipando então eu vou criar o sindicato de Campestre”. Comecei a fazer uma reuniãozinha e aí a gente criou o sindicato de Campestre. Em 1998 a gente criou o sindicato, mas aí a gente tá muito tempo lutando para criar, desde 1994, a gente só veio conseguir aí...aí eu entrei no sindicato por esse motivo, porque o sindicato que deu a mão para gente e estava lá, a gente não conseguiu resolver. Mas a gente teve todo o apoio do sindicato do lado da gente. (C.R.G., 29 a 30 de maio de 2018)

A organização sindical em Campestre do Maranhão, segue às especificidades emergentes com a instalação da empresa Maity no município, quando aparece a condição de “assalariado” se acrescentando a outras modalidades nas relações de produção pré-existentes.

O agricultor Familiar pra nós é aquela pessoa que tira todo seu sustento junto com a sua família da sua propriedade, que 80 por cento vem é da roça, esse é o agricultor familiar. Aí como muita gente daqui tinha era muita gente da Maity, o trabalhador era muito humilhado, tinha trabalhador que até apanhava no campo, aí eles vinham por trás pra gente: “tem que criar um sindicato pra ajudar nós”. Naquele tempo os sindicatos eram fortes, “porque em todo lugar tem um sindicato e ne Campestre não tem?” aí eles foram pra cima. Nós criamos esse sindicato foi pensando mais naquele pessoal da cana-de-açúcar do que nos outros. (...) o **“Autônomo” a gente entendeu que é Autônomo porque tem muita gente da agricultura familiar em Campestre que trabalha em terras que são arrendadas, que ele não tem a terra, ele trabalha com a família numa propriedade, mas a terra não é dele. E tem aqueles que tem sua pequena propriedade, que são aqueles que a gente entendeu como trabalhador familiar autônomo porque ele não dependia de outra pessoa pra desenvolver a função dele**, pelo o que eu entendi foi isso. E os assalariados era por conta dos que trabalhavam de empregados da Maity. (C.R.G., 29 a 30 de maio de 2018).

Em 2018, a estratégia foi desmembrar o sindicato em dois: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Campestre do Maranhão – Ma e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariadas Rurais dos Municípios de Campestre do Maranhão, Porto Franco, Estreito, São João do Paraíso, Lageado Novo, Montes Altos, Ribamar Fiquene e Governador Edson Lobão, garantindo, assim, a representação política aos trabalhadores da empresa e aumentando a sua área de abrangência, alterando a territorialidade do sindicato convencional que, nesta situação, deixa de ser municipal, considerando o fluxo desses trabalhadores que se deslocam de diversas localidades e a rotatividade nas contratações da empresa.

... a gente trabalha como por exemplo com o pessoal da Maity, a gente faz o acordo coletivo de trabalho, onde o sindicato entra como representante dos trabalhadores e a gente negocia preço de cana, todas formas para tentar melhorar a vida do trabalhador, nós já estamos no décimo acordo coletivo. A gente começou foi em 2004, que a gente fez o primeiro. De lá para cá todo ano a gente faz e a gente acompanha. Nós vamos atender, dependendo da necessidade. A gente vai três ou quatro vezes por mês no campo, as vezes. Tem vez que fica tranquilo lá, aí a gente demora mais tempo, mas a gente vai lá para ver como é que está o atendimento se está faltando alguma coisa, se eles têm água gelada para beber, a gente faz toda essa conversação, nós fazemos visitas.(C.R.G., 29 a 30 de maio de 2018).

A relação de exploração, a que os trabalhadores que prestam serviço a Maity estão sujeitos, começa na chegada no município. Conforme os cortadores de cana de açúcar entrevistados, quando eles são contactados em seus locais de origem o acordo firmado inclui aluguel, cesta básica, salários. Entretanto, quando chegam em Campestre, a empresa não lhes garante hospedagem, alimentação e nem atendimento médico e os trabalhadores caem na teia de endividamento com os comerciantes locais. O ritmo de trabalho é intenso, conforme descreve a presidente do Sindicato.

C.R.G: esse trabalho de capina e plantio e aplicação de herbicida sempre se dá em três turmas. Eles ficam em janeiro, fevereiro e março. Ao longo do ano se dá isso aí, eles não param. Agora eles contratam 1200 homens para o corte de cana, vai começar o corte agora dia 2 de junho. Agora eles estão plantando e irrigando, porque não está chovendo e eles têm que irrigar a cana. Aí eles vão fazer isso até começar o corte. Quando começa o corte eles deixam uma turma, aí eles suspendem a capina e o pessoal da capina vai para o plantio e começa o corte. Um bocado desse pessoal vai transferido para o corte de cana queimada. Aí eles vão fazer no máximo quatro meses safra de cana queimada, depois eles fazem a demissão desses trabalhadores. Aí eles ficam com a média de três turmas desses trabalhadores, são 45 por turma, que ficam fazendo esse outro serviço aí, plantio, capina na entressafra. Quem ficou na entressafra, no outro ano há um revezamento que eles vão escolher outros trabalhadores para a entressafra. É sempre feito assim novos trabalhadores, alguns que ficam diretos, mas são bem poucos (C.R.G., 29 a 30 de maio de 2018).



Cachimbeiro, poucas famílias residem no povoado

Cachimbeiro: o garimpo da quebra de coco resiste

Um dos poucos povoados que ainda resiste, Cachimbeiro, no passado, constituiu um grande garimpo da quebra de coco, onde era constante a movimentação de famílias que fixavam moradia na região por um período de tempo para dedicar-se à quebra do coco, estabelecendo assim, uma estrutura comunitária. Dessa forma, a extração do coco babaçu representava a principal fonte de renda dessas famílias.

Segundo um dos mais antigos moradores de Cachimbeiro, o sustento através da prática do babaçu predominou até a década de 1980, quando começaram os movimentos de demarcação e venda das terras na região e muitos moradores se viram obrigados a irem embora, pois os não tinham recursos financeiros para compra das terras demarcadas.

Muita terra e as terras não eram demarcadas. O sujeito que morava muito tempo, vinte e tantos anos em uma terra e hoje não mora mais, porque quando morava tinha direito e quando demarcaram muita gente foi embora que não podia comprar, foi para outro lugar (S.P.A, 87 anos).DATA?

A demarcação das terras foi fator que muito contribuiu para a considerável diminuição da prática do coco babaçu. Conforme eram vendidas as terras, muitos dos “novos” proprietários proibiam o acesso aos babaçuais, ou, quando permitiam, exigiam o controle da venda da produção. A partir daí, iniciou-se, também, o impacto ambiental diante da derrubada e destruição dos babaçuais.

[...] antes era só cocal, hoje é só fazenda, ainda tem coco que dá pra tirar um azeite, mas não para viver do coco [...] e quando demarcaram as terras e derrubaram muito, o coco acabou e hoje o que tem dá só pra tirar o azeite. Mas teve uma época também que a gente tinha que vender os cocos só para os donos da terra, onde a gente quebrava. (S.P.A, 87 anos).

Com a chegada da Maity Bioenergia S/A na região, as terras que pertenciam aos pequenos produtores foram sendo vendidas à empresa, restando poucas propriedades. Alguns moradores de Cachimbeiro passaram a trabalhar na Maity, em alguns casos, por curto período de tempo. No início, os moradores receberam bem empresa, entretanto, começaram a enfrentar conflitos diante da aplicação indiscriminada de veneno, prejudicando suas plantações, mesmo após denúncias.

“[...] a gente fala para o chefe, para os encarregados da empresa, a minha mulher ela falou para o encarregado da empresa da Caiman que atingiu a plantação e aí e não fizeram nada”. (S.P.A, 87 anos).

Hoje o povoado é cercado pelo plantio da cana de açúcar e a comunidade é formada por poucos grupos familiares, que vivem basicamente dos aposentados.

“ quando demarcaram as terras e foram vendendo, os babaçuais foram sendo derrubados”.
“na época era em plena ditadura militar, tinha muita policia. Eles botavam eram o povo para correr, metade dessas terras foram griladas, aí no outro dia quando os donos da terra voltavam a polícia chegava e botavam para correr. ”

Pesquisadora: O senhor nasceu onde?

S.P.A.: em um lugar chamado Riacho Fundo que fica abaixo do São João do Paraíso do outro lado é Lajeado, aí tem um lugar chamado Riacho Fundo sertão de pouca casa gente morando longe dos outros, muita terra e pouco dono.

Pesquisadora: a sua vinda aqui para Cachimbeiro foi motivada pelo quê?

S.P.A.: eu vim para cá a primeira vez em 1948, vim aqui, vim no Campestre nesse tempo primeiro ano que ficaram os garimpos das quebras de coco, vinha muita gente para cá, Beira do Rio, Mata Velha, Campestre. Em 1948 em Campestre tinha cinco barracas, um justamente era da Josefa Macedo, um dos moradores que tinham e aí foi aumentando. No verão, quando era em junho, chegava muita gente da Serra da Cinta, Cabeceira Laerte, todo lugar. Era um garimpo da quebra de coco. Várias famílias traziam as mulheres e filhos para quebrar coco e em setembro ia embora, eu sempre vinha mais a minha mãe uma madrinha minha para cá, aí quando foi em 1955 eu estava morando com um rapaz no sertão, do outro lado da Sucupira, chamado Ribeirão, família dos Aguiar. Meu padrasto saiu e eu fiquei morando mais ele. Quando foi em 1955 eu casei, minha mulher, o pai dela

na casa do pai dela e eu tinha uma rocinha no Extingue, quando foi em abril eu fui buscar ela com um cunhado meu e o homem que morava aqui. Passaram aqui. Em 1954, eles vieram para cá no verão e passaram o inverno aqui, um que chamava Marinheiro e o outro meu cunhado Antônio Araújo e nós fomos apanhar arroz lá no sertão eu vim para cá, quando acabava eu ia buscar arroz lá no Extingue e aí eu fiquei morando aqui, tinha uma casa bem ali, depois essa aqui, aqui já morou muita gente uns já morreram e outros foram embora aí ficou e foi indo até acabou os garimpos da quebra de coco.

Pesquisadora: Quem foi o primeiro morador de Cachimbeiro?

S.P.A: Em 1954 chegou esse cunhado meu e esse homem que se chamava Marinheiro e em 1955 foi eu, aí eu vim para cá e fiquei morando aqui até hoje, nesse tempo a mulher era quebradeira de coco aí ficou, ficou, ficou tinha muita madeira aqui Cedro, Pau d' Arco Roxo. Aí eu aprendi a tirar a madeira e a vender, nesse tempo tinha um morador aqui na beira do rio que era dono de mocado de terras, José Barreto, ele já morreu, ele comprava, tinha uma firma em Tocantinópolis ele comprava a madeira antes da Belém Brasília andava aqui era em carro de boi eu levava com outros companheiros e ia vendendo para sobreviver. Não tinha outro serviço e a mulher quebrando coco até que foi, foi, foi e acabou as madeiras, acabou os cocais, as terras era do seu A. M. Ele mora em Porto Franco, hoje tem a família dele, os filhos já estão velhos e aí, as terras não eram demarcadas, eram muitas terras, aqui para a beira do Rio chamava as Três Barras. Aí, quando demarcaram as terras ainda morou muita gente. Na beira do rio morou gente demais e quando demarcaram as terras, foram vendendo e o povo foi embora para outro lado, daqui morou muita gente que já morreu e outros foram embora para o rumo de Imperatriz e outro lugar e eu fiquei toda vida morando aqui. Tem mais de 60 anos que eu moro aqui em Cachimbeiro, eu criei meus filhos todos aqui, eram 15 e aí morreu a mais nova que já nasceu doente e o mais velho, morreu já era casado o Renato que sofreu paralisia e tinha um **americano** aqui que era pastor em missão e arrumou para ele se tratar em Brasília. A minha mulher teve doze viagens com ele em Brasília. A primeira vez que ele era ainda era menino, a segunda vez ele já era rapaz, casou e morreu, deu câncer nos ossos, esteve internado muito em Imperatriz e morreu e aí a mulher dele ficou viúva e o pai dela deu uma casa para ela em Porto Franco e ele foi embora, o pai dela já morreu também.

Pesquisadora: Até quando vocês viveram aqui da prática do coco babaçu?

S.P.A: Até na década de 80 aí foram demarcando as terras e foram vendendo e foi o tempo que surgiu a Belém Brasília em 1988 e foi chegando muita gente que tinha mudado para o Goiás, voltaram para a encosta do Pará e muita gente do Goiás veio para cá, uns voltaram para o Pará, no Pará tem umas terras muito boa e surgiu estrada para lá e muita mata e tem muita gente que voltou, mas por aqui tem Goiano que não tinha. Com as vendas da terra eu não pude comprar porque eu era pobre, ou melhor sou, e aí chegou a idade de aposentar e hoje sobrevivo do aposento. (S.P.A, 87 anos).



**PROJETO
CONFLITOS SOCIAIS E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO
BRASIL CENTRAL**

BOLETIM INFORMATIVO
Número 4/ Setembro 2019

1. Resistimos para existir: dizemos não à usina nuclear no São Francisco.
2. Articulação vazanteiros em movimento.
3. Vai derrubando tudo pela frente: os efeitos dos megaempreendimentos.
4. **Agronegócio da cana de açúcar no sudoeste do Maranhão: processos de devastação dos babaçuais e reinvenção da mobilização política.**



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**

PPGCSPA

Programa de Pós-Graduação
em Cartografia Social
e Política da Amazônia

PNCOSA

Projeto Nova Cartografia
Social da Amazônia

Nova Cartografia Social do Brasil
**PROJETO BRASIL
CENTRAL**



STTR
STTR de Coelho
Neto - MA

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



FORDFOUNDATION